



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

DISCURSO POR OCASIAO DA SESSAO
SOLENE INAUGURAL DA IV CONCLAP -
CONFERENCIA NACIONAL DAS CLASSES
PRODUTORAS - NO RIO DE JANEIRO-RJ.

Senhores Empresários,

Grande mérito tem a orientação adotada para esta Conferência Nacional das Classes Produtoras, no evitar temas conjunturais, imediatos, por mais que absorventes, para tentar visão mais ampla e profunda da economia brasileira e suas perspectivas futuras.

A oportunidade da realização desta Conferência é, pelo menos, tão relevante quanto a da histórica reunião de Teresópolis, em 1945. É que a crise do petróleo iniciou era nova na evolução econômica do Ocidente e seus desdobramentos ainda estão longe de se haver esgotado, embora ela não constitua, como pretenderam vozes apressadas, uma ameaça ao regime econômico ocidental.

A economia de mercado reagiu satisfatoriamente aos grandes abalos que experimentou, tanto nos anos 30 como no presente estágio. Sua fortaleza e capacidade de adaptação foram demonstradas, nessas duas fases de grandes transformações. Mudanças importantes tiveram lugar, gerando novas políticas e instrumentos, sem que ocorresse, entretanto, a desfiguração da doutrina.

Na perspectiva em que se coloca esta Conferência, podemos adotar como temas principais:

— a instabilidade externa, que condicionará o futuro previsível;

— a estratégia interna, diante dessa crise e para atender ao atual estágio de desenvolvimento nacional;

— a construção do modelo econômico; e

— o inseparável desafio social.

O problema externo deve ser considerado em duas etapas. Na primeira, que ora enfrentamos, trata-se de assimilar os elevados *deficits* em conta-corrente, da ordem de US\$ 40 bilhões por ano, que a política dos países da OPEP continua originando. O problema não está na escassez física de petróleo, cuja oferta, aos altos preços vigentes, é abundante. A dificuldade reside em que o grupo de países integrantes do cartel não apenas empobreceu, pela elevação violenta dos preços, todo o resto do mundo, mas, cada ano, provoca um *deficit* dos demais países, de proporções ainda desmesuradas.

Cabe, então, saber como tais *deficits* podem continuar sendo financiados — o que, de qualquer modo, significa perspectivas de crescimento bem menos elevadas, para o resto do mundo, até que progressivamente seja possível reduzi-los substancialmente.

A segunda etapa, que poderá iniciar-se entre 1985 e 1995, segundo previsões correntes, deverá caracterizar-se por uma escassez relativa do petróleo. Admitindo-se um crescimento moderado dos preços, a demanda, gradualmente, tenderá a ultrapassar a oferta, pela impossibilidade de acompanhar esta o

ritmo do consumo. E isto significa que um excedente de demanda terá de ser atendido através de outras fontes de energia: energia elétrica, carvão e, preferencialmente, fontes renováveis já conhecidas, como o álcool, ou novas formas de energia, hoje ainda no campo das experiências e especulações.

Fica evidente, pois, a realidade de que a crise do petróleo não foi apenas um grande choque isolado, em determinado momento, mas o início de um novo estágio na economia industrial moderna, com desdobramentos tanto imediatos como de mais longo prazo.

A adaptação da economia internacional a essa nova situação, conseqüentemente, não poderá fazer-se apenas através do tratamento de choque — que muitos países adotaram num primeiro momento, e exigirá boa dose de solidariedade internacional perseverante.

Se os países desenvolvidos resolvessem entrar numa recessão prolongada, retomando a medida de choque posta em prática em 75, para manter, continuamente, *superavits* em conta-corrente, dificilmente se poderia ter uma ordem econômica estável. Na verdade, o *superavit* contínuo dos países desenvolvidos iria somar-se ao inevitável *superavit* dos países da OPEP, determinando tremendo *deficit* que, anualmente, teria de ser suportado pelo mundo subdesenvolvido.

Acertada é, portanto, a tônica verificada nas recentes reuniões do Banco Mundial e do Fundo

Monetário, no sentido de que a recuperação econômica seja generalizada nos países desenvolvidos e não se dê apenas em alguns deles, sendo necessária, portanto, a colaboração dos países atualmente superavitários; e, simultaneamente, a reação do protecionismo, principalmente quanto à imposição de novas barreiras, pelos desenvolvidos, às exportações dos países em desenvolvimento. Por outro lado, o próprio Secretário do Tesouro dos Estados Unidos assinalou, relativamente ao problema da reciclagem dos petrodólares que: «É inevitável e correto que o mercado financeiro privado continue a desempenhar o papel dominante no financiamento dos desequilíbrios».

Na definição de sua estratégia, o Brasil reconheceu, desde logo, que o processo de ajustamento, seja da economia interna seja da internacional, seria demorado. E, por isso, partiu para um esquema de médio prazo, com sentido gradualista, a fim de dar tempo a que se realizassem as mudanças estruturais necessárias. A perspectiva de longo prazo nos conduz a um programa voltado essencialmente para a auto-suficiência em fontes de energia. Ele inclui, tanto quanto possível, a elevação da produção nacional de petróleo e, certamente, a expansão substancial da produção de fontes renováveis de combustíveis, como o álcool.

Para o médio prazo, que situamos na altura de 1980 ou início da próxima década, recorreu-se a uma política destinada à maior expansão das exportações, à auto-suficiência em Insumos Básicos, à substituição

de importações de Bens de Capital e à racionalização do consumo de combustíveis. Essa estratégia de médio prazo, consubstanciada no II PND, constitui uma opção econômica, escolhida em 1974, e que nos parece ter sido acertada e oportuna.

Em especial, quanto aos Insumos Básicos, o Brasil encontrou um caminho, disponível talvez para apenas poucos países. E rapidamente nele se lançou, com determinação.

A esta altura, é possível dizer-se que a estratégia está dando certo. Já este ano e principalmente a partir de 1978, teremos o benefício da substituição de importações em Equipamentos e Máquinas, Siderurgia, Petroquímica, Papel e Celulose, Fertilizantes, Metais Não-Ferrosos. Enquanto isso, não deverá esmorecer o esforço de expansão e diversificação de exportações, que o Governo anterior perseguiu com tanto êxito e que tivemos a determinação de continuar.

A política de produção de Insumos Básicos de Bens de Capital certamente requer grande esforço. Investiremos nesses dois setores, entre 1975 e 1979, cerca de Cr\$ 380 bilhões (a preços de 1977). Tal concentração de recursos em duas áreas de alta prioridade exigiu decisões difíceis do Governo, principalmente na contenção dos investimentos públicos, na desaceleração de investimentos em certos setores de infra-estrutura e no desaquecimento da produção de bens de consumo duráveis.

Dessa forma, a estratégia de médio prazo procurou ajustar-se, flexível e dinamicamente, às cir-

cunstâncias do período a que se destina, sem mudança de modelo, mas mediante a transformação da estrutura econômica.

Outra mudança de ênfase se está realizando, progressivamente, no desempenho da Agropecuária, com duplo sentido: a conquista de novos mercados no Exterior, principalmente em produtos agrícolas e animais não tradicionais, e o melhor atendimento do abastecimento interno, sobretudo em produtos críticos como trigo, feijão e hortigranjeiros. Não há dúvida de que tais avanços são viáveis, no Brasil, particularmente se levarmos em conta que a natural expansão da fronteira agrícola já está alcançando a área do São Francisco, a região dos «cerrados» e, em geral, todo o Centro-Oeste. Essa ocupação é feita progressivamente, sujeita, todavia, às limitações decorrentes de fatores conjunturais, com a disponibilidade de crédito e a necessidade da pesquisa e avanço tecnológico.

Isto posto, é natural que se indague, nesse quadro de transformações, o que está acontecendo com o modelo econômico brasileiro e quais são as suas perspectivas.

Dúvidas há, de várias ordens. Indaga-se se o modelo não é excessivamente dependente do Exterior, pela ênfase nas exportações. Discutem-se, frequentemente, questões como as da desnacionalização e da estatização.

Falando claramente: não vemos razões para mudança de modelo.

Sem dúvida, a estratégia deverá condicionar-se às novas realidades, de Governo para Governo ou de etapa para etapa; as ênfases conjunturais devem alterar-se, em função da necessidade de dar atenção maior, conforme as circunstâncias, seja ao crescimento, seja ao balanço de pagamentos ou à inflação. Mas, quanto ao modelo, em si mesmo, perseveramos no regime de mercado, como dimensão econômica de uma sociedade democrática e pluralista, assegurando à iniciativa privada posição de vanguarda no processo de desenvolvimento.

Nenhum outro é compatível com as instituições econômicas, sociais e políticas do País. No Brasil, ele tem condições para funcionar, de vez que o neocapitalismo que adotamos é capaz de realizar o desenvolvimento nacional, em evolução constante, sem recurso a experiências radicais. Adaptou-se a abalos violentos, como o da crise do petróleo, e oferece, hoje, todas as vantagens da continuidade.

Sua viabilidade social depende de continuarmos realizando a distribuição de renda, simultaneamente com o crescimento, e de não recermos a realização das mudanças sociais necessárias.

Sua viabilidade econômica depende, de um lado de nossa capacidade de evitar o avanço da estatização e da desnacionalização e, de outro lado, de realizar efetiva desconcentração do desenvolvimento, principalmente no setor industrial.

O caminho positivo — assim o entendemos — é o do apoio à empresa privada nacional. No meu governo, inúmeros instrumentos foram estabelecidos

para evitar o desbordamento da ação do Estado, através de suas empresas, para áreas que cabem à iniciativa privada. Expandir as empresas governamentais nos setores próprios, como Energia, Comunicações, Transporte Rodoviário, Transporte Ferroviário, é bom para o setor privado. E é bom para a economia nacional. Expandí-los de forma indevida, em muitas outras áreas, em descumprimento às diretrizes do planejamento nacional, seria criar distorções e enfraquecer o setor privado. Daí a adoção de medidas de controle, inclusive sujeitando as empresas governamentais a limites anuais de investimentos e a um exame, caso a caso, de novos projetos ou de criação de empresas subsidiárias.

O lado positivo da ação governamental anties-tatizante e antidesnacionalizante está em conhecer melhor os problemas da empresa nacional e esforçar-se para dar-lhes adequada solução. Impõe-se, assim, ajudá-la a capitalizar-se, ajudá-la a crescer com adequada estrutura financeira, auxiliá-la na busca de tecnologia e na ocupação de espaços vazios, mesmo em setores modernos.

O Governo mantém-se particularmente receptivo a sugestões nessa área de atuação e ocupa-se particularmente com os problemas da pequena e média empresas. Para tanto, estão sendo postos em operação novos e cada vez mais poderosos instrumentos e já ultrapassamos o estágio de simples formulações gerais.

Por outro lado, é imperativo reconhecermos a necessidade da crescente descentralização industrial

no quadro da evolução brasileira, tendo em vista, notadamente, a nossa dimensão continental e populacional, os problemas ecológicos e sociais e os que decorrem do sistema político federativo.

Assim, o País deve caminhar, com um mínimo de fricções, progressivamente, para a multipolarização. É natural que o pólo do Estado de São Paulo que, inclusive, se está descentralizando internamente, procurando o caminho do interior e do macro-eixo Rio/São Paulo, continue a ser o mais importante do País. Mas natural também é que outras vocações industriais se consolidem, no Rio de Janeiro, em Minas, no Sul. E que o Nordeste continue a desenvolver-se industrialmente, enquanto complexos mineiro-industriais e agroindustriais venham a ser estabelecidos na Amazônia.

Para que não se perca em racionalidade, a desconcentração industrial deve resultar de um trabalho conjunto entre Estados e Governo Federal. À União cabe usar os instrumentos de que dispõe — notadamente o CDI, BNDE, FINAME e, em geral, os órgãos gestores de incentivos fiscais — para induzir decisões concretas de descentralização, por parte de empresas privadas e governamentais. Os Estados deverão trazer, desde logo, suas oportunidades de investimentos ao Governo Federal, para que este os auxilie a viabilizar tais oportunidades, quer pela empresa nacional, quer pela empresa estrangeira ou por associações.

O último tema que desejamos abordar diz respeito ao desafio social.

Numa conferência de classes produtoras, o problema social não pode estar ausente, principalmente nas suas relações com o desenvolvimento, tanto mais que produtora é toda a força de trabalho, intelectual ou material, gerencial ou executiva, de maior ou menor qualificação.

Toda sociedade moderna tem de preocupar-se com o bem-estar do grande número, com o aumento da renda das classes trabalhadoras e com a expansão da classe média.

A solução não está obviamente no paternalismo, embora a assistência se faça necessária nos casos extremos. Nem está no distributivismo inconseqüente que se despreocupe do necessário crescimento do conjunto da economia nacional. Mas também não está no imobilismo, em matéria social, ignorando os requisitos inerentes ao natural e necessário desenvolvimento individual.

Senhores,

Temos razões para acreditar que o caminho econômico adotado pelo Brasil, em face das atuais perspectivas mundiais, está dando e continuará dando bons resultados.

A situação em que nos encontramos, num ponto de equilíbrio entre resultados no crescimento, no balanço de pagamentos e quanto à inflação, é razoavelmente satisfatória.

O Governo empenha-se em consolidar tais resultados, tendo em vista a evolução conjuntural e as perspectivas de médio prazo. A obtenção de *su-*

peravits na balança de comércio, nos próximos anos, apresenta-se como condição necessária, embora não suficiente, para que, a partir do final da década, possamos elevar progressivamente as taxas de crescimento do produto nacional.

Os resultados do ano passado, na Indústria, na Agricultura, no Comércio e demais setores, foram, em geral, favoráveis para a empresa privada. O mesmo deverá ocorrer este ano.

Estamos consolidando um modelo em que acreditamos. Julgamo-lo capaz de realizar o desenvolvimento do país, oferecendo boa resposta ao desafio social que temos presente a vulnerabilidade cada vez menor a fatores de ordem externa.

E isso tudo alcançaremos em condições tanto mais favoráveis, com desperdício menor de esforços e um prazo tanto mais curto quanto estamos certos de contar com a colaboração ativa, alerta e devotada das classes produtoras do país — empresários de todos os setores, profissionais liberais, intelectuais das várias esferas da criação, trabalhadores das cidades e dos campos —, imbuídos todos também da mesma crença inabalável nos destinos de grandeza de nossa pátria.

Agradecendo as inspiradas e inspiradoras palavras de vosso intérprete que me fortalecem convicção tão alentadora, dou por instalada esta IV Conferência Nacional das Classes Produtoras.